

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 504.254 - MG (2019/0105402-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : JULIA GRAZIELE SANTOS DA SILVA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**NEUSA GUILHERMINA LARA - MG079505**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por JÚLIA GRAZIELE SANTOS DA SILVA contra decisão monocrática de minha lavra que denegou a ordem de *habeas corpus* em que se postulava a aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em sua fração máxima, com o consequente abrandamento do regime prisional para o aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada à pena de 7 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e ao pagamento de 700 dias multa pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 98/105), tendo em vista que (e-STJ fl. 205):

[...] no dia 08 de agosto de 2015, por volta das 16:41 horas, na Rua Cândido do Souza, altura do número 520, Bairro Gameteira, nesta comarca e Capital, empenhados pelo COPOM, policiais militares compareceram até o presídio CERESP onde foram repassadas informações de que uma mulher de prenome 'Júlia', posteriormente identificada como JÚLIA GAZIELE SANTOS DA SILVA, estava levando drogas escondidas em seu corpo, para o interior do presídio.

Levada a uma sala reservada, JÚLIA foi submetida a buscas minuciosas, e também interrogada, se mostrando bastante nervosa.

Posteriormente, JÚLIA foi levada até o Presídio Dutra Ladeira, para ser submetida a 'Body-Scan' (raio-x), sendo constatado que no interior do seu ânus havia camisinhas contendo 96,10g (noventa e seis gramas e dez centigramas) da substância *Cannabis sativa* L. (maconha), acondicionadas em 17 (dezesete) invólucros plásticos; 6,20g (seis gramas e vinte centigramas) de cloridrato de cocaína em sua forma adulterada (*crack*), acondicionadas em 01 (um) invólucro plástico; e 04 (quatro) blocos de papel de seda comumente utilizados para embalar drogas, conforme auto de apreensão de fls. 23 e laudo toxicológico preliminar de fls. 29. Encetado o levantamento da vida pregressa (fls. 33/34), constatou-se que JÚLIA, possui diversas

# *Superior Tribunal de Justiça*

ocorrências policiais pelo delito de tráfico de drogas, possuindo inclusive, condenação pelo mesmo delito. Desta feita, as circunstâncias da abordagem policial, com apreensão de drogas, são elementos de prova que denotam que a denunciada, JULIA GAZIELE SANTOS DA SILVA, estava a praticar a conduta inserida no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/06 Assim, JÚLIA GAZIELE SANTOS DA SILVA, após adquirir, trazia consigo e transportava para interior de estabelecimento prisional, drogas, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, para fim mercantil [...]

Interposta apelação, os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por maioria, deram parcial provimento ao recurso defensivo a fim de decotar a agravante da reincidência, aplicar a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas na fração de 1/5 e readequar a sanção definitiva imposta à então apelante para 4 anos e 8 meses de reclusão, mais 466 dias-multa, bem assim para abrandar o regime prisional para o intermediário (e-STJ fls. 203/218).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 203):

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - RECURSO DEFENSIVO: PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DEPOIMENTOS DE POLICIAIS E TESTEMUNHAS - CONSISTÊNCIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO - DECOTE DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - VIABILIDADE - COMPENSAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA OU REDUÇÃO DO QUANTUM DE AUMENTO DESTA - PEDIDOS PREJUDICADOS - APLICAÇÃO DA MINORANTE PREVISTA NO § 4º, ART. 33 DA LEI N. 11.343/06 - POSSIBILIDADE - ABRANDAMENTO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA - CABIMENTO - SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO CORPORAL POR RESTRITIVAS DE DIREITOS - INADMISSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.A palavra firme e coerente de policiais militares é reconhecidamente dotada de valor probante, prestando-se à comprovação dos fatos narrados na denúncia sempre que isenta de qualquer suspeita e em harmonia com o conjunto probatório, pelo que não há falar em absolvição da prática do delito de tráfico de drogas praticada pelos acusados.

2. A reincidência apontada pelo juízo a quo não encontra lastro na documentação acostada aos autos, tendo em vista que não há registros de condenação transitada em julgado, mostrando-se viável o decote do acréscimo efetuado na segunda fase de dosimetria da pena.

3. Prejudicados os pedidos defensivos de compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência e de redução do quantum de aumento em função da referida agravante, tendo em vista o decote desta por esta instância revisora.

4. A quantidade de pena imposta, entre quatro e oito anos, não admite a aplicação de regime menos gravoso do que o semiaberto, a teor do disposto no art. 33, § 2º, b, do Código Penal.

5. Não há como acolher o pleito defensivo de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, porquanto, nos termos do art. 44, I, do Código Penal, só faz jus ao benefício legal o condenado à pena inferior a quatro anos, não sendo este o caso dos autos, cuja reprimenda definitiva extrapola tal patamar.

V.V.: EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - MINORANTE DO ART. 33, §4º, DA LEI N.11.343/06 - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL - IMPOSSIBILIDADE.

I - Faz jus à minorante do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06 o agente primário, possuidor de bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa, sendo cumulativos os requisitos legais.

II - Na fixação do regime prisional inicial, deverão ser observadas as condições pessoais do agente e as circunstâncias do crime, em conformidade com o disposto no art. 33, §3º, do CP. (fl. 203 e-STJ).

Neste *writ*, a Defensoria Pública apontou constrangimento ilegal decorrente do cálculo dosimétrico.

Sustentou ilegalidade na concessão da causa especial de diminuição da pena na fração de 1/5 em razão, somente, do montante de droga apreendida, apesar de a paciente preencher todos os requisitos exigidos para a aplicação do redutor na fração de 2/3, além de a quantidade de entorpecente encontrado em seu poder não ser expressiva.

Ressaltou, ainda, que *"dar tratamento ao traficante habitual e ao indivíduo que apenas se aventura nesta seara, aplicando-se as vedações legais de forma genérica e abstrata, viola os princípios constitucionais da individualização da pena, da razoabilidade e da proporcionalidade, todos constitucionalmente assegurados"* (e-STJ fls. 14/15).

Postulou, assim, a concessão da ordem com a aplicação da fração máxima de diminuição da reprimenda e o consequente abrandamento do regime prisional para o aberto, além da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de

# Superior Tribunal de Justiça

direitos (e-STJ fls. 3/15).

A ordem foi denegada sob o argumento de que a quantidade de droga apreendida justificou a aplicação do pretendido redutor em fração inferior à máxima (e-STJ fls. 408/414).

No presente agravo regimental, a defesa reitera o pleito de aplicação da minorante com a redução máxima prevista, já que a agravante preenche todos os requisitos exigidos pelo art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Ressalta que *"dar tratamento ao traficante habitual e ao indivíduo que apenas se aventura nesta seara, aplicando-se vedações legais de forma genérica e abstrata, viola os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da individualização das penas, consagrado no art.5º XLVL, da Constituição Federal, eis que impossibilita ao julgador, diante do caso concreto, aplicar a pena que mais se adequa às condições pessoais do agravante e às necessidades de prevenção do crime"* (e-STJ fl. 433).

Diante disso, pede a reconsideração da decisão, para que seja aplicado o pretendido redutor em seu grau máximo, ou, caso assim não entenda, a submissão do presente recurso ao julgamento colegiado desta Turma, a fim de que seja dado provimento ao pleito (e-STJ fls. 144/151).

É, em síntese, o relatório.

Como se vê do relatório, a defesa reitera a aplicação da minorante na fração de 2/3, já que, no caso, encontram-se preenchidos todos os requisitos exigidos para sua concessão, além de a quantidade de droga apreendida não ser expressiva.

Na esteira da orientação jurisprudencial desta Corte, por se tratar de questão afeta à certa discricionariedade do Magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório.

Ademais, de acordo com o aludido art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, o agente poderá ser beneficiado com a redução de um sexto a dois terços da pena, desde

# Superior Tribunal de Justiça

que seja primário, portador de bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Na espécie, o Tribunal de Justiça, ao dar parcial provimento ao apelo defensivo, assim se manifestou (e-STJ fls. 213/214):

Nota-se, que **no caso dos autos, a quantidade de drogas apreendidas é expressiva (96,10g de maconha e 6,20g de crack)**, conforme laudo definitivo de f.52, sendo que tal critério não foi utilizado pelo juiz sentenciante em outras fases de aplicação da pena, podendo, portanto, ser considerado na terceira etapa.

Dessa forma, em sendo a apelante primária, possuidora de bons antecedentes e não restando comprovada nos autos sua dedicação à atividades criminosas e, tampouco, a comprovação de que integra organização criminosa, e ainda, considerando a situação fática dos autos, **mormente a quantidade de drogas, tenho que deve ser aplicada o benefício inserto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 no patamar de 1/5 (um quinto) [...]**

## 5. Reestruturação das penas:

Na primeira fase, em face da favorabilidade de todas as circunstâncias judiciais, mantenho a pena-base no patamar fixado na sentença, qual seja, 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa.

Na segunda fase, mantém-se o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, afastando-se, com base nos fundamentos alhures expostos a agravante da reincidência, pelo que, ausentes outras circunstâncias e, diante da impossibilidade de redução da pena para aquém do mínimo legal (STJ, 231), fica a pena provisória resta inalterada.

Na terceira fase, acolhendo a pretensão defensiva e com base nos argumentos lançados, aplico a causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33, da Lei 11.343/06, fazendo-o à fração de 1/5 e : em outra vertente, em face da incidência da causa de aumento descrita no inciso III do art.40 da mesma Lei, à razão de 1/6, concretizo a reprimenda da apelante JÚLIA GRAZIELE SANTOS DA SILVA em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e pagamento de 466 (quatrocentos e sessenta e seis) dias-multa. (Grifei.)

Razão assiste à agravante em relação à quantidade de droga apreendida e à fração de redução pela aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

No entanto, apesar de o montante de droga apreendido não ser expressivo, o mesmo não se mostra insignificante ao ponto de conceder o pretendido redutor na fração máxima, razão pela qual entendo ser cabível, no caso, sua redução em

# Superior Tribunal de Justiça

3/5.

Passo, assim, à readequação da pena, nos parâmetros de origem:

Na primeira fase, a pena-base continua em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa.

Na segunda etapa, a sanção permanece inalterada.

Na fase derradeira, diminuo a pena em 3/5, o que perfaz 2 anos de reclusão e 200 dias-multa, em seguida, mantenho o aumento em 1/6, em razão do art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006, tornando a reprimenda definitiva em **2 anos e 4 meses de reclusão e pagamento de 233 dias-multa.**

Diante do novo *quantum* da reprimenda, fixada a pena-base no mínimo legal, em face da análise favorável das circunstâncias judiciais à paciente e concedido o redutor, ainda que em fração diversa da máxima, entendo que a acusada faz jus ao regime inicialmente aberto para cumprimento da reprimenda, bem assim à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, já que preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 44 do Código Penal.

Ante o exposto, **concedo a ordem de *habeas corpus* a fim de reconhecer a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 na fração de 3/5 e reduzir a reprimenda da paciente para 2 anos e 4 meses de reclusão e pagamento de 233 dias-multa, além de alterar o regime inicial de cumprimento da sanção para o aberto e determinar a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, a serem estipuladas pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator